

**DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS:
ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE CULTURA E TECNOLOGIA NO SUL DE MINAS GERAIS**

Lucas Peixoto de Lima¹
Carlos Alberto Máximo Pimenta²

Resumo: Este trabalho tem como tema a relação entre desenvolvimento e cultura, em que se estuda alguns aspectos de políticas públicas da cultura em municípios do Sul de Minas Gerais. Justifica-se no sentido de explorar as formas que as políticas públicas da cultura refletem na geração de renda local, levando-se em conta o uso de tecnologias para difusão de seus saberes e fazeres. Parte-se, então, da pergunta: de que forma as políticas públicas da cultura refletem na obtenção de fomento e geração de renda dos agentes e organizações culturais? Problematiza-se a partir da ausência de políticas culturais que abarcam agentes e artistas em situação de subalternidade, com acesso restrito à internet e, conseqüentemente, a editais culturais. Objetiva-se verificar se as políticas públicas afetam a dinâmica, em nível econômico, estrutural e social destes agentes. A metodologia baseia-se na aplicação e análise de entrevistas semi-estruturadas feitas junto aos gestores públicos e aplicação de questionário aos agentes culturais atuantes na microrregião de Itajubá. Como resultados, verificou-se que as pastas de cultura nos municípios estudados apresentam problemas fundamentais, tais como a falta de pessoal para tocar os assuntos pertinentes à pasta, as dificuldades em participar de editais e o baixo orçamento da cultura, este complementado via ICMS Patrimônio Cultural. São escassas as políticas públicas municipais as quais os agentes culturais fazem uso. Estes relatam, em sua maioria, que não participam de editais, garantindo em seus saberes e fazeres artísticos uma parcela considerável de sua fonte de renda, impulsionados pela divulgação de seus trabalhos via meio digital.

Palavras-chave: políticas culturais, tecnologias digitais, diversidade cultural, desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

À FAPEMIG³ - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais e à CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo apoio.

¹ Doutorando no PPG Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Lucaspeixoto.cco@gmail.com

² Professor no Instituto de Engenharia de Produção e Gestão – UNIFEI. carlospimenta@unifei.edu.br

³ Este trabalho é resultado das atividades científicas realizadas pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Desenvolvimento (NEID), no PPG em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS), e das experiências de pesquisa desenvolvidas dentro do projeto Observatório de Desenvolvimento e Cultura no Sul do Estado de Minas Gerais, financiado pelo PPM-X/2016 da FAPEMIG.

INTRODUÇÃO

No século XXI, a tecnologia conecta-se intrinsecamente ao cotidiano não só do indivíduo, mas também a todos os meios e entornos de suas relações, como na escola, na família e no trabalho, pelos meios de informação e de comunicação. Não se restringindo à mera ferramenta, na qual delimita-se em executar funções e servir de instrumento, alarga-se sua definição enquanto vista como um ator, que influencia, é influenciada, transforma e é transformada, dilata (e também contrai) as fronteiras das redes nas quais se faz presente.

A cultura, em sua forma mais ampla, antropológica, por sua vez identifica-se como saberes e fazeres, signos e símbolos, tradições e costumes, perpassando práticas e códigos de sociedades e seus coletivos, no que toca à sua organização, dogmas e, também, o uso da tecnologia de seu tempo. Estes dois aspectos conjugam todo um sistema normativo que implica no modo da sociedade e de seus indivíduos se organizarem, enquanto cidadãos, representantes do poder público ou poder privado.

Parte-se, então, para a formulação da pergunta da pesquisa: de que forma as políticas públicas da cultura refletem na obtenção de financiamento e geração de renda dos artistas, agentes, organizações culturais e poder público da microrregião de Itajubá? Também irá se considerar o uso da tecnologia, enquanto ferramenta, nas práticas artístico-culturais destes agentes. A presença do poder público no meio cultural se faz importante uma vez que este atua diretamente no cenário cultural dos municípios, criando leis que facilitem (ou dificultam) a fruição do trabalho dos agentes da cultura.

A pesquisa foi realizada na cidade de Itajubá e municípios vizinhos pertencentes à sua microrregião, inscritos no Sistema Nacional de Cultura, sendo eles Brasópolis, Cristina, Delfim Moreira, Maria da Fé, Marmelópolis, Paraisópolis e Piranguçu. Não são estudados os cinco municípios restantes da região, pois estes não aderiram ao SNC. Portanto, são estudados grupos, coletivos e institutos que atuam na microrregião de Itajubá como agentes fomentadores da cultura e a rede nas quais estão inseridos, possibilitando movimentos e oportunidade de geração de renda e fruição de saberes e fazeres.

Um agente cultural não é “necessariamente um artista, intelectual, cientista, mestre da cultura popular, gestor, produtor, curador, programador, museólogo, professor, crítico, comunicador, pesquisador, restaurador, arquiteto etc.” (RUBIM, 2017, p.25), ele pode se ocupar destas funções simultaneamente, ou parte delas. Acima

de tudo, para Rubim, um agente cultural é um militante da cultura. Sua militância compreende, transforma e age em seu ambiente, nos espaços coletivos ou comunitários, sempre conectado ao cenário cultural, instituições e redes. O agente cultural “encara o relacionamento com o território que dá sentido à sua experiência de vida como dimensão vital para desenvolver a cultura, a cidadania e os direitos culturais” (RUBIM, 2017, p.25), sem desconsiderar as contradições e tensões envolvidas nestes processos. É aquele que realiza o exercício de consolidação da cidadania e dos direitos culturais.

Tem-se então, como objeto de pesquisa, a relação que os agentes culturais possuem com as políticas públicas da cultura, a partir do uso das tecnologias digitais, dos meios de comunicação e dos processos de geração de renda. Leva-se em consideração o conjunto de saberes e fazeres artístico-culturais apresentado pelas falas e argumento desses agentes.

Como justificativa da pesquisa têm-se a possível descoberta de caminhos a serem percorridos a fim de solucionar as dificuldades encontradas por gestores públicos, agentes culturais e artistas. No recorte local da pesquisa, as contribuições residem no levantamento de dados sobre os agentes culturais e artistas do *locus* estudado, o que porventura possa vir a auxiliar em seus processos e dinâmicas.

Esta pesquisa tem por objetivo geral compreender a relação dos agentes culturais com as políticas públicas da cultura, entendendo de que maneira a atuação de agentes culturais implicam nos saberes e fazeres de artistas nos processos de geração de renda a partir de suas atividades artístico-culturais. Objetiva-se também identificar o uso de editais de fomento e das tecnologias na gestão e na produção cultural dos agentes culturais de Itajubá.

Os objetivos propostos foram elaborados como pressuposto de partida da pergunta formulada, em que se leve em consideração a tensão entre os agentes culturais e o conjunto normativo das políticas no campo da cultura. Neste sentido, importante descrever o percurso metodológico da proposta para buscar responder os objetivos, pergunta e problematização contidas neste esforço.

PILARES EPISTEMOLÓGICOS E PERCURSO METODOLÓGICO

Para dar suporte a esta pesquisa se faz o uso de três autores fundamentais, cujas pesquisas estão sedimentadas nas três áreas de interesse deste artigo. De Manuel

Castells se utiliza e o que este traz em A Sociedade em Rede, atualizado em 2010. Se faz uso também de Néstor García Canclini, autor de Culturas Híbridas, atualizado em 2001. E por fim utiliza-se o Jorge A. González, com o seu livro Entre cultura(s) y cibercultur@(s), atualizado em 2007. Há uma certa centralidade nas questões tratadas por estes autores, desenvolvimento, tecnologia e cultura na América Latina. Nestas três obras são exploradas as condições vividas na região através dos olhares de cada um, em suas áreas específicas, não sem dialogar com suas adjacências.

O primeiro tema a ser tratado, para que se possa compreender o local de partida das ideias aqui expostas, é sobre a situação do Brasil dentro de uma economia-mundo. Um país de colonização exploratória, de democracia jovem e fragilizada, que ainda não atingiu o estado de bem-estar social, de tecnologia atrasada e sucateada, sujeito às políticas externas de nações mais poderosas.

Segundo Canclini, há um certo interesse dos setores hegemônicos em promover a modernidade e uma fatalidade dos populares que desejam se manter tradicionais, condenando-os à subalternidade (CANCLINI, 2015, p.206). Essas tensões, entre o hegemônico e o subalterno, entre o incluído e o excluído, reflete nos processos de segregação e também de hibridação entre os setores sociais e seus sistemas simbólicos, culturais (CANCLINI, 2015, p. 40).

Sendo um país subalterno, outrora designado como subdesenvolvido, periférico, emergente, ou de terceiro mundo, se restringe ao Brasil algumas condições específicas em relação a diversas esferas da sociedade, como na economia, na política e na inovação e uso de tecnologias, somente para citar algumas. Este último fator, das tecnologias, gera o que é chamado de brecha digital, como exposto por González (2012, p.232):

Em todas as zonas periféricas do *sistema-mundo* (WALLERSTEIN, 1979) vive-se uma distância, aparentemente intransponível, com relação aos países centrais que permanentemente geram desenvolvimentos tecnológicos e conhecimentos. A esta distância tem-se chamado *digital divide*, ou *brecha digital* (TERCEIRO; MATÍAS, 2001)

Essa brecha digital possui reflexos nos mais diversos setores sociais, sendo de interesse para os fins deste trabalho os no desenvolvimento, na comunicação e, conseqüentemente, na cultura. “Os países centrais usam as inovações tecnológicas para acentuar a assimetria e a desigualdade em relação aos dependentes” (CANCLINI, 2015,

p.346), seja através do mercado financeiro, da produção e distribuição de alta tecnologia ou no controle dos recursos naturais presentes nos países subalternos.

Com isso, novos arranjos sociais se criam a partir deste contexto tecnológico, sendo que na cultura as ferramentas e serviços disponíveis atuam de maneira fundamental no modo de se comunicar e se expressar.

O poder de comunicação e processamento de informações da internet está sendo distribuído em todas as áreas da vida social, assim como a rede e o motor elétricos distribuíram energia no processo de formação da sociedade industrial. À medida que se apropriaram de novas formas de comunicação, as pessoas construíram seus próprios sistemas de comunicação em massa, via SMS, *blogs*, *vlogs*, *podcasts*, *wikis* e coisas do gênero. O compartilhamento de arquivos e as redes *peer-to-peer* (p2p) tornam possível a circulação, mistura e reformatação de qualquer conteúdo digital. (CASTELLS, 2016, p.20-21)

Tais ideias são reforçadas por Canclini, quando este afirma que novas tecnologias da comunicação e sua consequente reorganização industrial da cultura “não substituem as tradições nem massificam homoganeamente, mas transformam as condições de obtenção e renovação do saber e da sensibilidade” (CANCLINI, 2015, p.262-263). Destarte, para que seja possível manter tradições e expressões populares perante o processo de modernização, faz-se necessária a intervenção do Estado, do poder público, uma vez que não necessariamente tais saberes e fazeres culturais são de ordem econômica ou visam o lucro, assim, fora do interesse do capital privado.

Com base no enunciado teórico da partida é que se apresenta o passo a passo da pesquisa e os critérios de levantamento de dados e análise. Inicia-se com os métodos de coleta dos dados, que se divide em duas fases. A primeira dela consistiu em realizar uma entrevista semiestruturada com representantes do poder público de cada um dos oito municípios estudados. Na segunda fase, que ocorreu somente em Itajubá, além da entrevista com o diretor de cultura, foram pesquisados também os agentes culturais, com questionários aplicados.

Nas entrevistas da primeira fase foram capturadas informações quanto a visão que estes possuem acerca dos artistas de seu município, da participação em editais, da organização da pasta da cultura e seu financiamento e demais aspectos relevantes para a pasta. A segunda fase iniciou-se com buscas de registros de agentes culturais em fontes secundárias, como secretarias municipais de cultura, institutos, escolas e bases de dado semelhantes, somente do município de Itajubá. Uma vez identificados, foi-se à campo

dialogar com os agentes encontrados para que outros fossem descobertos. Dos 320 agentes inicialmente identificados, aplicou-se o questionário a 80 deles. As entrevistas e questionários foram realizadas entre 2017 e 2018.

Para a análise dos dados optou-se por utilizar a ferramenta IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires, ou Interface R para Análises Multidimensionais de Textos e Questionários, em tradução livre). Com esta ferramenta foi possível organizar os dados coletados e categorizá-los em campos de sentido, definidos aqui como um conjunto de palavras sobre um dado assunto, a partir do extrato das falas dos entrevistados. Tais campos permitem aglutinar os dados semelhantes em grupos que façam sentido, de maneira que possam ser melhores interpretados.

A partir das informações extraídas das análises do IRaMuTeQ e dos questionários aplicados, identificou-se quais são os agentes culturais atuantes na microrregião de Itajubá e como, ou se, estes interagem com os editais de financiamento e fomento à cultura. Como a tecnologia age nos processos organizacionais dos agentes, se estes fortalecem ou inibem as suas atuações. Descobrir o quanto estes agentes retiram de seus saberes e fazeres o seu sustento, se estes buscam fontes de rendas alternativas, se as políticas públicas da cultura convergem para os seus interesses e necessidades. Somente para enumerar algumas possibilidades de análises.

FORMAÇÃO, FINANCIAMENTO E GERAÇÃO DE RENDA

O primeiro bloco de perguntas do questionário envolveu perguntas relacionadas à formação dos agentes culturais de Itajubá. Como exposto por Rubim (2010, p.47), a formação profissional em produção cultural ou dos artistas em suas áreas de atuação é escassa no Brasil, trabalho este realizado, em sua grande maioria, por entusiastas, amadores ou com formação restrita. Entre os entrevistados, 63 não possuem qualquer formação em produção cultural ou área semelhante.

Outro fator de relevância para este trabalho é a possibilidade de geração de renda a partir dos saberes e fazeres artísticos-culturais pelos habitantes da cidade. A condição de país subalterno, sem infraestrutura totalmente desenvolvida e cujo trabalho se dá, em sua grande parte, pela informalidade, reflete na obtenção de renda também da classe artística. A pesquisa revelou, de maneira inesperada, que praticamente metade dos

artistas entrevistados tiram de sua arte o seu sustento, não dependendo de outras fontes de renda. Contudo, a outra metade ainda precisa se dividir entre o trabalho formal, para garantir a renda, e o trabalho artístico, que complementa a renda. Uma pequena porcentagem não garante nenhuma parcela de sua renda através do trabalho artístico.

Quanto aos produtores culturais, ou seja, aqueles que realizam eventos esporádicos ou periodicamente, afirmam que o patrocínio é importante para o negócio, possibilitando uma ajuda de custo para os artistas que são contratados para os eventos. Entre os entrevistados, 35 responderam que já receberam ou recebem patrocínio privado. Como relatado por alguns entrevistados, em Itajubá é comum o patrocínio feito pelos comerciantes da cidade, que contribuem pontualmente com pequenas quantias.

Uma pequena quantidade de respondentes, 7 pessoas, afirmaram não saber como buscar por patrocínio ou outras fontes de recursos. Estes representam a parcela da classe artística que necessitam de uma atenção especial das políticas públicas da cultura, seja através de palestras e cursos sobre o funcionamento de editais, do financiamento e fomento das artes, de programas de incentivo do Estado etc., ou por ações diretas, com patrocínio direto dos artistas locais, garantindo assim a diversidade cultural da região.

O questionário não entrou na questão sobre os valores e formatos dos patrocínios advindos do poder público, nem sobre a sua frequência. O que se pode considerar destas informações é a real efetividade das políticas públicas de financiamento e fomento dos artistas da cidade, uma vez que a maior parcela recebeu patrocínio do poder privado. Entra-se aqui no quesito de proteção e promoção da diversidade cultural, na qual a conclusão da adesão ao SNC possui como pilar fundamental. Para levar esta política a cabo, a gestão pública deve se comprometer em garantir que a classe artística da cidade tenha condições de obter renda a partir de suas atividades artístico-culturais, assegurando assim a preservação da identidade local.

Em relação ao poder público, apesar das diferentes estruturas e orçamentos de cada uma das organizações municipais, um fator fora comum a todas: a busca de patrimonialização dos bens materiais e imateriais dos municípios, com a finalidade de se aumentar o montante destinado à cultura com o ICMS Patrimônio Cultural, criado no estado através da Lei nº 12.040/95, conhecida como Lei “Robin Hood”.

Os representantes relatam que os orçamentos de suas pastas de cultura provêm quase que na totalidade da Lei “Robin Hood”, sendo de fundamental importância para a

manutenção das atividades da pasta, como as folhas de pagamento e a realização de eventos e festas populares nos municípios.

E: Não tem tanto dinheiro assim. Então, hoje é exclusivamente é só o dinheiro do ICMS Cultural.

A: Esse documento foi feito no ano passado. Você faz o documento para a verba vir no ano seguinte. Então no ano de 2016 não foi feito esse documento, trabalhamos em 2017 sem nenhuma verba para a cultura, o que precisou foi com recursos próprios. Então esse documento vai garantir verbas para 2019.

Partes do processo de tombamento dos patrimônios incluem fazer um inventário dos bens do município, organizando toda a documentação para que se possa enviar ao IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais). Com isso há uma tabela de pontuação, com alguns parâmetros que somam ou subtraem do total de pontos que o município possui. Quanto maior a pontuação, mais verba é destinada ao município. A partir desta verba é que os gestores são capazes de fazer um planejamento sobre o ano. Por obrigatoriedade, somente 50% do valor deve ser executado na pasta da cultura, sendo que os 50% restantes é de uso livre da prefeitura.

Mesmo com todas estas questões sobre metade da verba se destinar a outras pastas e sobre a real intenção posta na patrimonialização destes bens, esta realidade é clara para os gestores. Como afirmado por Canclini, estas ações “servem mais como conservadores de uma pequena porção do patrimônio, como recurso de promoção turística e publicidade de empresas privadas, do que como formadores de uma cultura visual coletiva” (2015, p.172).

C: Vamos dizer que isso tudo é por causa dessa política de proteção do patrimônio cultural do ICMS. Porque, convenhamos, se não fosse, será que teria tanto empenho dos municípios nisso?

Ainda sobre a ótica de Canclini, é necessária a coleção dos patrimônios públicos pois é nestes espaços, com estas ações, que se renova a solidariedade afetiva, os monumentos tombados se justificam como lugares onde se resgata e reproduz o sentido que encontramos ao viver juntos (2015, p.191). As “coisas de Minas” (PIMENTA, 2017, p.153) são os elementos que compõem a região, o seu folclore, a sua religiosidade e a sua história, sendo a sua proteção de suma importância para a identidade local e, conseqüentemente, para a diversidade cultural brasileira.

A PARTICIPAÇÃO EM EDITAIS DE FOMENTO

Os editais de fomento, sejam eles provenientes do poder público ou do privado, são uma das principais políticas de financiamento da cultura no Brasil. Eles possibilitam, de maneira democrática e igualitária, que as mais diversas expressões culturais obtenham o seu espaço. O valor movimentado pela principal lei de fomento no Brasil, a Lei Rouanet, é tão expressivo quanto o próprio orçamento do Ministério da Cultura.

No entanto, quando se faz um recorte do interior do estado os resultados são um pouco diferentes. A maioria dos agentes entrevistados nunca participou de editais de financiamento, seja ele público ou privado. Dentre os que não participaram, o principal motivo reside na falta de conhecimento sobre editais, seguido por falta de adequação do edital ao trabalho realizado pelo agente e, por fim, relataram não saber como se escreve um projeto cultural.

Em relação ao alcance dos editais, a maioria dos participantes afirmou que tomou conhecimento do edital através de amigos. Os meios de comunicação de massa ainda não atingiram àqueles mais distantes dos grandes centros, sendo que a divulgação “boca a boca” ainda se faz mais presente e relevante nestes cenários.

Aqui se faz presente a importância de cursos de formação na área de produção e gestão cultural, principalmente nos temas relacionados a elaboração de projetos culturais e como este se organiza em sua completude. O papel do Estado, ao conformar uma política de edital em detrimento do patrocínio direto, possui a obrigação de garantir, de maneira homogênea, o alcance de seus editais a todas as camadas da população (RUBIM *et al.*, 2009). Isso inclui o conhecimento necessário para se redigir a proposta cultural que atenda ao edital, o manuseio da interface digital para se inscrever a proposta e também como é possível captar recursos e prestar contas.

Tratando-se então da visão dos gestores públicos, para o representante A, o acesso a editais de fomento não tem se mostrado efetivo, uma vez que o contingente da prefeitura é reduzido, não tem quem o redija de forma eficaz. Além disso, ter o projeto aprovado, seguindo os critérios dos editais, mostrou-se um problema. Tal fato mostra a barreira da linguagem, da interface de comunicação estabelecida pelo SNC, ainda não absorvida por agentes locais. Como relatado por G, mesmo com a captação de recursos já acordada com uma instituição privada, o projeto do representante não foi aprovado.

G: A gente já tinha negociado com a DELPHI, a DELPHI já tinha topado, ela ia topar, fazer o procedimento todo, mas a gente não foi aprovado, não.

C: Eu tenho duas experiências, da reforma da estação, gente, eu mandei desde o primeiro edital o projeto para participar na rede de infraestrutura. Foram três anos e não aprovava.

Um segundo motivo apontado foi a dificuldade em ter o projeto financiado, devido à falta de um “parceiro de dentro”, ou seja, alguma influência política que facilite o financiamento do projeto enviado. O mesmo problema foi relatado pelo representante G. Os representantes apontam sobre a características de “política de balcão”. Essa parceria relatada reside em estabelecer uma rede de contatos para que o projeto enviado não seja “engavetado”. Nestes dois casos, foram feitos comentários sobre ter um conhecimento prévio de quem avalia os projetos, algum contato dentro da instituição em que se está pleiteando um projeto para concorrer ao edital:

A: Porque ganhamos o de Furnas? Foi uma influência política, um deputado que conhece a diretoria aqui. Agora estamos tentando outro deputado, é isso, a realidade é essa, não se iludam que você põe o edital, você faz tudo, um trabalho imenso, gigantesco, que você vai ver se você não usar a influência política, não vem, a realidade é essa.

G: Tem que ter um parceiro lá dentro do governo para você conseguir ganhar, né? A gente conseguiu ganhar esse patrocínio da CEMIG, que a gente conseguiu, era um edital, a gente conseguiu ganhar, só que a gente tinha um parceiro lá dentro, então, é difícil ganhar esses editais, né? Se não tiver um parceiro lá dentro.

A falta de conhecimento na elaboração dos projetos também é vista como um entrave para se obter recurso via editais. Seja pelo fato de não encontrar editais que se encaixem no perfil das atividades do município ou na falta de conhecimento técnico e prático sobre os trabalhos realizados, sobre como isso deve ser descrito no texto.

C: Mas eu ainda acho que a dificuldade nossa não é ter acesso aos editais. É, por exemplo, “ah tem um edital do audiovisual, ah meu deus, mas como que elabora um edital de audiovisual? Que aspecto? O que exatamente? Como é que eu posso elaborar?”. É do projeto em si, é a dificuldade maior.

Apontado tanto pelos agentes culturais quanto pelos gestores públicos, o processo de escrita dos projetos a fim de participar dos editais não é fácil. A escrita e a participação em editais não é remunerada e não traz garantias de que ele será aprovado, sendo arriscado para os agentes culturais deixarem de realizar o seu trabalho para apostar em uma possibilidade sem certezas. É possível ainda trazer aqui a visão que os gestores tem sobre os artistas, de que estes precisam ser empreendedores de sua arte. O

método de participação nos editais converge para esta ideia, pois, a não ser que o artista contrate uma empresa terceirizada para redigir o projeto, é ele próprio que deve escrever o projeto, captar o recurso, executar a atividade e realizar a prestação de contas. Todos esses passos são penosos e exigem tempo e esforço, sendo difícil para o agente cultural ser responsável por tudo isso e ainda realizar sua atividade artística-cultural.

Por fim, como relatado por Barros (2011) e Rubim *et al.*, (2009), a aplicabilidade e funcionalidade de editais de fomento não é tão efetiva quanto se esperava, atuando mais como um mecanismo de exclusão do que de inclusão.

FERRAMENTAIS DIGITAIS E POLÍTICAS CULTURAIS

No mundo conectado e globalizado, com os meios de comunicação presentes em praticamente todos os lugares, ao alcance de nossas mãos, a tecnologia digital é um dos pilares fundamentais que sustentam a rede mundial de computadores. Entre os agentes culturais algumas ferramentas recebem um destaque especial.

Quando perguntados sobre quais ferramentas digitais são utilizadas em seu trabalho, em quase sua totalidade os agentes utilizam as redes sociais digitais para divulgação de suas atividades. Em segundo lugar aparecem aplicativos de comunicação instantânea, seguidos por softwares comuns de escritório, como editores de texto e de planilhas.

Esta informação vem de encontro com a teoria de Canclini, uma vez que é possível se observar que a atividade artística não vem sendo constrangida pela presença da tecnologia, que a comunicação mediada pelo computador não substitui as tradições nem a massifica homogeneamente, mas sim transforma os meios pelos quais se renova o saber e a sensibilidade destas expressões (CANCLINI, 2015, p.262-263).

Pôde-se identificar no tópico anterior que a maioria dos entrevistados não participa de editais de fomento, este fato auxilia na interpretação da próxima pergunta feita, sobre o contato com plataformas digitais da Secretaria Especial da Cultura, como o Salic.web, o Siconv e o SNIIC. Uma minoria respondeu que já teve contato com estas plataformas, sendo que a grande maioria sequer ouviu falar destes sistemas de informação.

Esta informação é agravante no que toca as pretensões do SNC em relação ao SNIIC e ao Mapa da Cultura. A falta de dados dentro destes sistemas dificulta a

elaboração de políticas culturais que respondam aos anseios da classe artística, uma vez que o perfil dos artistas não pode ser analisado em larga escala. De acordo com o Rosemeri, entender de maneira mais sistemática o campo da cultura é bastante difícil sem estes sistemas (Revista Observatório Itaú Cultural, 2008, p.45).

Dentre os respondentes que já utilizaram algumas destas plataformas, as respostas se dividem entre uma fácil utilização do sistema, não havendo dificuldades com a sua interface, e entre não muito fácil, enfrentando dificuldades, porém obtendo sucesso ao preencher os devidos formulários e cadastros. Como retratado por González, não basta ter acesso a estas ferramentas digitais, é preciso, acima de tudo, “gerar e organizar uma profunda transformação social em relação a eles” (2012, p.36).

Se apoderar destas interfaces digitais possibilita não só participar de maneira mais efetiva do cenário cultural que vem sendo construído com o SNC, mas também oferece uma oportunidade de reversão do quadro de exclusão em que se encontram os não iniciados em computadores e para os territórios não atualizados com a comunicação (CASTELLS, 2016, p.80).

Esta baixa utilização das políticas culturais e ausência do poder público pode ser interpretada pela visão que os gestores públicos possuem sobre os artistas de seus municípios, que estes devem ser empreendedores de seus trabalhos. Conceito muito atrelado à lógica neoliberal, o empreendedor é aquela pessoa que aposta na livre concorrência do mercado e cria o seu próprio produto ou serviço, a fim de se destacar entre os demais e assim obter o seu lucro, criando suas próprias oportunidades. O empreendedorismo, como é tido nos moldes atuais, com o suporte de incubadoras de empresas e criação de *startups*, possui suas raízes no neoliberalismo e traz deles as suas principais características, como a mínima intervenção estatal nos processos e práticas empresariais, o caráter meritocrático associado ao sucesso individual e a necessidade da derrota de uns, para a vitória de outros.

Nas falas dos entrevistados atrela-se a figura do empreendedor à do artista pois estes acreditam que o bom desempenho econômico do artista é resposta somente de seu singular esforço e capacidade, ignorando todo o contexto e conjunturas nas quais este se insere. É possível identificar esta abordagem nas falas dos gestores C e H:

C: [A] oportunidade é para todos, ela [a artesã] é empreendedora, está buscando o caminho dela.

H: Nós temos muitos artistas, muito bons, que talvez não sejam tão empreendedores como outros que a gente vê por aí, né, que não consigam ainda viver da arte. [...]. Para eles eu acho que falta um incentivo empreendedor, sabe? Um incentivo não só financeiro, mas aquele incentivo de você empreender a sua arte.

Esta é uma visão contraditória partindo do poder público, pois ao relegar o sucesso ao próprio artista, ou seja, a geração de renda, para que consigam “viver da arte”, os gestores tiram de suas secretarias a responsabilidade de serem interventores na realidade destes artistas. Incentivar o empreendedorismo entre os agentes culturais é incentivar a concorrência, onde uns precisam falhar para que outros possam vencer, gerando assim uma sociedade marcadamente desigual (ANDERSON, 1995, p.12). Mesmo que a artesã referida busque o seu próprio caminho, prover condições mínimas para que este caminho seja trilhado se faz necessário.

Canclini (2015, p.89) denuncia sobre a tendência que a iniciativa privada, empreendedora, possui de concentrar seus esforços para as expressões artísticas voltadas para as elites, para aqueles que possuem poder aquisitivo para consumi-la, e para as massas, que possuam um apelo popular, consumido em larga escala. Segundo Benjamin, o avanço tecnológico coloca a expressão artística em segundo plano, como um acessório, favorecendo outros aspectos das criações artísticas, como o econômico e a político (2011, p.253).

Em seguida são feitas as considerações finais, porém não conclusivas, acerca dos temas aqui tratados e resultados encontrados com a pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a entrar neste campo de tensão entre desenvolvimento, cultura e tecnologia, sem perder de horizonte os significados e os sentidos presentes no conjunto de saberes e fazeres artístico-culturais presentes neste movimento de arte, norma e idealizações de práticas culturais na microrregião de Itajubá. Dentro deste contexto, interpretar a forma como as políticas públicas culturais alteram e modificam a gestão e a produção da cultura não é tarefa trivial.

Em resposta aos objetivos propostos, pergunta e problematização formuladas, este trabalho aponta que os municípios da microrregião, embora tenham aderido ao SNC, a conclusão desta adesão não é facilitada devido a diversos fatores, como as discontinuidades administrativas, a falta de mão de obra e as demais urgências da pasta.

A instância de poder público municipais das cidades visitadas são as principais utilizadoras das leis federais e estaduais voltadas para a cultura. O ICMS Patrimônio Cultural, lei estadual de Minas Gerais, tem sido uma importante fonte de arrecadação para a pasta da cultura dos municípios, que buscam consultorias externas de profissionais para realizarem o tombamento de seus patrimônios e obterem o benefício. Ficou evidente, nas entrevistas, que o próprio poder público não tem condições de elaborar os dossiês dos patrimônios, sejam os motivos por falta de tempo, de mão de obra qualificada ou conhecimento prático e técnico de como fazê-lo.

A participação em editais de fomento, sejam estaduais, federais ou privados, é desacreditado pelo poder público. A dificuldade na elaboração do projeto não é a única barreira, a aprovação e o financiamento mostram-se impossíveis de se obter sem a presença de atores influentes dentro das instituições que abrem os editais. Tal fato reforça o levantamento teórico do caráter “política de balcão” dos editais de fomento.

Em relação aos agentes culturais do município de Itajubá, estes revelaram que é possível se obter geração de renda exclusivamente a partir de seus saberes e fazeres artísticos. Quase a metade dos entrevistados obtêm a maior parte de sua renda, se não total, de seu trabalho com a arte, sendo grande parcela destes, na música.

Entre os produtores culturais, realizadores de eventos, feiras, saraus e afins, estes obtêm os recursos financeiros de suas atividades através de patrocínio direto com o comércio local, sendo que as prefeituras auxiliam com serviços e estruturas, quando presentes. Verificou-se também que estes possuem, em sua maioria, um perfil de entusiasta, não possuindo educação formal em produção ou gestão cultural.

O uso de políticas públicas da cultura entre os agentes culturais mostrou-se baixa, sendo uma pequena porção dos entrevistados que conhecem e utilizam, ou já utilizaram, alguma lei de fomento ou financiamento, seja ela municipal, estadual ou federal.

No que se refere ao uso da tecnologia pode-se dizer, enquanto ferramenta ou instrumento de facilitação de recursos para o desenvolvimento de atividades culturais, não se tem o devido acesso por meio das bases tecnológicas existentes. O que deveria ser um facilitador acabou sendo, como demonstrado, um complicador. Por outro lado, nos termos dos resultados da pesquisa proposta não foi possível chegar para conclusões mais assertivas acerca do uso da tecnologia.

Estima-se que os resultados aqui obtidos possam contribuir com a consolidação das ações culturais na região, de maneira a fortalecer as atividades dos agentes culturais, uma vez que estes possam compreender melhor a atuação das prefeituras e, assim, trilharem por caminhos mais assertivos e convergentes com os interesses dos gestores públicos. Aliando-se as intencionalidades do poder público, as expressões culturais dos agentes e as benesses da economia da cultura, sem perder de vista a diversidade cultural e a identidade local, será possível atuar em sinergia para superar as dificuldades, em andamento e por vir, do cenário nacional da cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BARROS, José M. *A sociedade civil e a educação na proteção e promoção da diversidade cultural*. In: BARROS, José M.; KAUARK, Giuliana (org.). **Diversidade cultural e desigualdade de trocas**: participação, comércio e comunicação. São Paulo: Itaú Cultural; Observatório da Diversidade Cultural, Editora PUCMinas, 2011.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. In: Vários autores. **Teoria da cultura de massa** / introdução, comentários e seleção de Luiz Costa Lima. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CANCLINI, Néstor G. **Culturas Híbridas**: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. – 4. ed. 7. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17ª edição, revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

GONZÁLEZ, Jorge A. **Entre cultura(s) y cibercultur@(s)**: incursões e outras rotas não lineares. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2012.

PIMENTA, Carlos A. M. *As “Coisas de Minas”*: questões sobre Desenvolvimento e Turismo. In: PIMENTA, Carlos A. M.; PEREIRA, Samanta B. (org.). **Turismo e desenvolvimento**: outros caminhos. 1.ed. – Porto Alegre : CirKula, 2017.

Revista Observatório Itaú Cultural. São Paulo: Itaú Cultural. 2008.

RUBIM, Antônio A. C. **Agentes culturais**: delimitações e contextos de atuação. Salvador: RUBIM-UFBA, 2017.

_____. **Singularidades da formação em organização da cultura no Brasil**. Organicom. Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. Ano 7. n.13. 2010.

RUBIM, Antônio A. C.; BARBALHO, Alexandre; COSTA Leonardo. **Mapeamento da formação e qualificação em organização cultural no Brasil**. Salvador: Universidade Federal da Bahia. 2009.